SOCIETE GENERALE
Equipment Finance

Societe Generale Equipment Finance S.A. - Arrendamento Mercantil

(pertence ao Sistema Financeiro Société Générale Brasil)

CNPJ 62.816.426/0001-75
Alameda Rio Negro, 500 - West Tower - Torre B - 20º andar, Cj 2012
Alphaville Empresarial
CEP 06454-000 - Barueri - SP
Telefone: 0xx11 2666-2281
www.sgef.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Clientes e Acionistas,
Em conformidade com às normas legais e estatutárias vigentes, a Administração do Société Générale Equipment Finance S/A - Arrendamento Mercantil submete à apreciação de V.Sas. o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras com o Relatório de Auditoria dos Auditores Independentes referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Responsabilidade Socioambiental

Em conformidade com as diretrizes da Política Socioambiental Global do Grupo Société Générale e com base nos critérios estabelecidos na Resolução CMN nº 4.945/21, o Conglomerado reconhece a importância de sua responsabilidade quanto à questão socioambiental e climática na condução de seus negócios e atividades.

O Grupo contribuiu para o desenvolvimento de uma metodologia que permite às instituições financeiras compreender melhor os riscos ambientais em suas atividades. Como membro ativo da Federação Bancária Europeia (EBF) e da Federação Bancária Francesa (FBF), o Grupo atua no sentido de promover a regulamentação adequada do financiamento sustentável e apoia as propostas regulatórias em matéria de financiamento sustentável.

Os princípios socioambientais do Grupo Société Générale visam promover o desenvolvimento sustentável em parceria com as partes interessadas (clientes e colaboradores), através de uma relação ética e transparente, da preservação do meio ambiente para as gerações futuras e o respeito à diversidade. O Conglomerado, por meio do Instituto Société Générale de Responsabilidade Social, tem como missão valorizar e transformar vidas humanas por meio da "promoção gratuita da educação, capacitação profissional, esporte, saúde, preservação do meio ambiente, arte e cultura".

As políticas de Responsabilidade Ambiental e Social encontra-se no endereço eletrônico do sitio no Brasil, respectivamente: https://societegeneralebrasil.com.br/site/responsabilidade-ambiental/ e https://societegeneralebrasil.com.br/site/responsabilidade-social/

Ouvidoria e Canal de Denúncias

Em atendimento ao disposto na Resolução CMN nº 4.859/20, o Grupo Société Générale designou o Canal de Denúncias aos seus funcionários, por meio do qual possa ser utilizado, sem a necessidade de se identificarem, situações com indícios de ilicitude de qualquer natureza, relacionadas às suas atividades. Ainda, em atendimento à Resolução CMN nº 4.860/20, a companhia criou o Canal de Ouvidoria disponível para os clientes do Conglomerado SG no Brasil.

Os procedimentos e contatos para utilização dos canais podem ser encontrados no site da companhia: https://equipmentfinance.societegenerale.com/en/about/our-locations/sgef-brazil/

A Administração da Société Générale Equipment Finance S/A – Arrendamento Mercantil agradece aos clientes, e a nossos acionistas, o indispensável apoio e confiança depositados e aos colaboradores pelo empenho e dedicação.

São Paulo, 23 de Fevereiro de 2024

Administradores

ROBERTO LUIS MARTINELLI DE OLIVEIRA (Responsável pela Contabilidade)
CYRIL DESIRE ALBERIS ANDRE
SUELI DANTAS DOS SANTOS

Contador

FÁBIO PAVANELLI FREDERICO - CRC - 1SP300531

BALANÇOS PATRIMONIAIS - (Em milhares de reais - R$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Disponibilidades	6	4.391	723
Instrumentos Financeiros		68.605	85.388
Depósitos Interfinanceiros Ligadas	7a	56.288	85.388
Títulos e Valores Mobiliários		12.317	-
Operações de Arrendamento Mercantil	9	257.107	187.953
Arrendamento Mercantil Financeiro		257.107	187.953
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(8.323)	(9.116)
(-) Provisão para Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	10	(8.323)	(9.116)
Outros ativos		18.728	12.173
Diversos	11a	18.728	12.173
Imobilizado de Uso		101	105
Outras Imobilizações de Uso		910	894
(-) Depreciações Acumuladas		(809)	(789)
Intangível		-	17
Licenças de Uso - Software		659	659
(-) Amortização de Licença de Uso - Software		(659)	(642)
TOTAL DO ATIVO		340.609	277.243

PASSIVO	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos e demais instrumentos financeiros		177.556	123.363
Depósitos Interfinanceiros Ligadas	13a	133.467	116.100
Empréstimos no Exterior	14	44.089	7.263
Provisões		68.618	47.566
Fiscais e Previdenciárias	11b	11.078	3.142
Diversas	11c	57.540	44.424
Provisões para contingências	11c e 22	26	17.291
Outros passivos		518	325
Descontos Obtidos a Diferir	15	518	325
Obrigações fiscais diferidas	12c	-	6.726
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		93.891	81.972
Capital Social	16a	84.398	84.398
Reservas de Capital		1.286	1.291
Reserva Legal		673	273
Lucro/(Prejuízo) Acumulados		7.534	(3.990)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		340.609	277.243

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R$) - Exceto o lucro por ações

	Nota explicativa	2023 2° Semestre	2023 Exercício	2022 Exercício
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		16.499	32.350	24.780
Resultado de Operações de Arrendamento Mercantil	9	11.558	22.423	15.205
Resultado com Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	7b	4.808	9.794	9.575
Resultado com Títulos de Renda Fixa		133	133	-
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		(5.365)	(11.289)	(4.521)
Operações de Captações no Mercado	13b	(7.107)	(13.250)	(9.228)
Operações de Empréstimos e Repasses	14	2.746	3.182	1.635
Constituição de provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	10	(1.004)	(1.221)	3.072
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		11.134	21.061	20.259
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(13.052)	(4.866)	(18.015)
Rendas de Tarifas Bancárias		40	67	58
Despesas de Pessoal		(6.660)	(14.843)	(14.290)
Outras Despesas Administrativas	18	(4.047)	(7.540)	(7.160)
Despesas Tributárias		(3.214)	(4.774)	(3.466)
(Constituição)/ Reversão com Contingências	22b	-	17.265	208
Outras Receitas Operacionais	19	1.156	5.461	7.601
Outras Despesas Operacionais	20	(327)	(502)	(966)
RESULTADO OPERACIONAL		(1.918)	16.195	2.244
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		(1)	(1)	(1)
PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS NO LUCRO		(235)	(2.021)	(2.026)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		(2.154)	14.173	217
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	11	(471)	(2.173)	(833)
Imposto de Renda Corrente		(8.899)	(8.899)	-
Contribuição Social Corrente		-	-	-
Passivo Fiscal Diferido		8.428	6.726	(833)
LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO SEMESTRE/ EXERCÍCIO		(2.625)	12.000	(616)
LUCRO POR AÇÕES - R$		-0,85	3,90	-0,20

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2023 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R$)

	Nota Explicativa	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva Legal	Prejuízos Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		84.398	1.364	273	(3.374)	82.661
Plano de Pagamento Baseado em Ações		-	(73)	-	-	(73)
Prejuízo no Exercício		-	-	-	(616)	(616)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		84.398	1.291	273	(3.990)	81.972
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		84.398	1.291	273	(3.990)	81.972
Plano de Pagamento Baseado em Ações		-	(5)	-	-	(5)
Lucro no Exercício		-	-	-	12.000	12.000
Constituição de Reserva Legal		-	-	400	(400)	-
Distrbiuição de dividendos		-	-	-	(76)	(76)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		84.398	1.286	673	7.534	93.891
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023		84.398	1.264	273	10.636	96.571
Plano de Pagamento Baseado em Ações	21	-	21	-	-	21
Prejuízo no Semestre		-	-	-	(2.625)	(2.625)
Constituição de Reserva Legal		-	-	400	(400)	-
Distrbiuição de dividendos		-	-	-	(76)	(76)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		84.398	1.285	673	7.535	93.891

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R$)

	Nota Explicativa	2023 2° Semestre	2023 Exercício	2022 Exercício
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro/Prejuízo Líquido do Semestre		(2.625)	12.000	(616)
Ajustes que não afetam o Fluxo de Caixa		52.671	30.942	(13.174)
Depreciações e Amortizações		21	36	(5.347)
Insuficiência (Superveniência) de Depreciação	9	59.398	52.589	(3.456)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	12c	(8.428)	(6.726)	833
Variação Cambial de Empréstimos	14	3.783	4.277	(2.722)
Juros sobre Empréstimos	14	(1.037)	(1.095)	1.087
Dividendos a distribuir		(76)	(76)	-
Constituição/(Reversão) de Contingência	22	-	(17.264)	(208)
Plano de Pagamento Baseado em Ações	21	21	(5)	(73)
Provisão para Operações de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	10	(1.011)	(794)	(3.288)
Lucro/Prejuízo Líquido do Semestre/ Exercício Ajustado		50.046	42.942	(13.790)
Variação de Ativos e Obrigações		(81.991)	(72.898)	27.340
(Aumento)/ Redução em Operação de Arrendamento Mercantil		(120.571)	(121.743)	16.374
(Aumento)/ Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		23.931	29.100	5.037
(Aumento)/ Redução em TVM		(12.314)	(12.317)	-
(Aumento)/ Redução de Outros Créditos		(6.580)	(6.555)	17.515
Aumento/ (Redução) em Outras Obrigações		30.808	32.919	(37.019)
Aumento/ (Redução) em Depósitos Interfinanceiros		13.109	17.367	29.498
Aumento/ (Redução) em Resultado de Exercícios Futuros		94	193	(471)
Impostos pagos		(10.468)	(11.862)	(3.594)
Caixa Líquido proveniente das Atividades Operacionais		(31.945)	(29.956)	13.550
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aquisição de Imobilizado de Arrendamento		-	-	17.918
Aquisição de Imobilizado de Uso		(9)	(20)	12
Caixa Líquido usado nas Atividades de Investimento		(9)	(20)	17.930
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Aumento/(Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses		35.593	33.644	(31.041)
Caixa Líquido investido nas Atividades de Financiamento		35.593	33.644	(31.041)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		3.639	3.668	439
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	6	752	723	284
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	6	4.391	4.391	723

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	2023 2° Semestre	2023 Exercício	2022 Exercício
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO		(2.625)	12.000	(616)
Outros Resultados Abrangentes que não serão reclassificados para lucros ou prejuízos:		21	(5)	(73)
Plano de Beneficios	21	21	(5)	(73)
Pagamento baseado em ações		21	(5)	(73)
RESULTADO ABRANGENTE DO SEMESTRE/ EXERCÍCIO		(2.604)	11.995	(689)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 - (Em milhares de reais - R$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL - A Société Générale Equipment Finance S/A - Arrendamento Mercantil ("Sociedade") tem por objeto social a prática das operações de arrendamento mercantil definidas pela Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro 2007, e Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 em consonância, quando aplicável, com os normativos do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN). Suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, tendo certas operações a co-participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do Conglomerado Prudencial do Société Générale Brasil. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo critérios de praticabilidade e razoabilidade, em conjunto ou individualmente.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). A resolução BCB nº 2/2020 estabelece critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras. Essas demonstrações financeiras são divulgadas no sítio eletrônico do Banco Société Générale Brasil S.A. e enviados a Central de Demonstrações Financeiras do Sistema Financeiro Nacional. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, porém a maioria não homologada pelo BACEN. Dessa forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN: a) CPC 00 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro – homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21; b) CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21; c) CPC 02 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16; d) CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa - homologado pela Resolução nº 4.818/20; e) CPC 04 - Ativo Intangível – homologado pela Resolução nº 4.534/16; f) CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas - homologado pela Resolução nº 4.818/20; g) CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações – homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11; h) CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21; i) CPC 24 – Evento subsequente – homologado pela Resolução nº 4.818/20; j) CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09; k) CPC 27 - Ativo Imobilizado - homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16; e l) CPC 33 – Benefícios a empregados – homologado pela Resolução CMN nº 4.877/20; m) CPC 41 – Resultado por ação – homologado pela Resolução nº 4.818/20; n) CPC 46 – Mensuração do valor justo – homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21; o) CPC 47 – Receita de contrato com cliente – homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21; p) Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro - homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21. Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva. Estas Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela diretoria e autorizadas a serem divulgadas em 23 de fevereiro de 2024.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS - As principais práticas contábeis de avaliação dos elementos patrimoniais são as seguintes: **a) Apuração do resultado -** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando o critério "pro rata" dia para aquelas de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, ou taxa de juros compostos, exceto aquelas relacionadas a operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear, ou taxa de juros simples. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas dos balanços. **b) Disponibilidades -** São representados por disponibilidades em moeda nacional cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, e sendo utilizados pela Sociedade para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **c) Instrumentos financeiros -** i) Depósitos Interfinanceiros - De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068, de 30 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, segundo a intenção da Administração, conforme segue: • Títulos para negociação; • Títulos disponíveis para venda; e • Títulos mantidos até o vencimento. Os títulos classificados como "para negociação" e "disponíveis para venda" são avaliados pelo seu valor de mercado, e os classificados como "mantidos até o vencimento" são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. **d) Operações de Arrendamento Mercantil -** A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda e contabilizados de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN, conforme seguem: d.1) Arrendamento Mercantil Financeiro - As operações de arrendamento mercantil financeiro são registradas a valor presente, e as contas que compõem o saldo são descritas abaixo: i. Arrendamento a receber - Os arrendamentos a receber são atualizados monetariamente de acordo com as condições determinadas nos contratos de arrendamento e o efeito é creditado na conta de "Rendas a apropriar de arrendamento mercantil". As contraprestações de arrendamento são registradas como "Receitas da intermediação financeira – operações de arrendamento mercantil" pelo regime de vencimento das respectivas parcelas, conforme prevê a legislação aplicável. ii. Rendas a apropriar - São atualizadas na forma do "Arrendamento a receber", sendo apropriadas ao resultado quando dos vencimentos das parcelas contratuais. As rendas das operações de arrendamento que estiverem vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. iii. Imobilizado de arrendamento - É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação dos bens do imobilizado de arrendamento é calculada pelo método linear, no prazo usual de vida útil, reduzido em 30% com amparo da Portaria nº 113/88 do Ministério da Fazenda, apenas quando o arrendatário for pessoa jurídica e o prazo do contrato de arrendamento mercantil for equivalente a no mínimo 40% do prazo de vida útil do bem arrendado. Essa depreciação é contabilizada a débito de "Resultado de Operações de Arrendamento Mercantil". iv. Valores residuais garantidos. Os valores residuais garantidos, os quais representam as opções de compra a vencer, bem como suas respectivas atualizações, são registrados na rubrica de "Valores residuais a realizar", tendo como contrapartida a rubrica de "Valores residuais a balancear". v. Perdas de arrendamento a amortizar - Correspondem a perdas apuradas na venda de bens pelo valor residual dos contratos que são amortizados pelo respectivo prazo remanescente de vida útil dos bens arrendados. vi. Superveniência ou insuficiência de depreciação - De acordo com a Circular nº 1.429 de 20 de janeiro de 1989, é efetuado o cálculo do valor presente dos arrendamentos financeiros a receber, utilizando a taxa interna de retorno de seu respectivo contrato. O valor assim apurado é comparado com o saldo residual contábil dos bens arrendados e das operações de arrendamento, registrando a diferença em insuficiência de depreciação, se negativa ou superveniência de depreciação, se positiva. A superveniência de depreciação é registrada no resultado, como receita na rubrica de "Operações de arrendamento mercantil" e a insuficiência de depreciação, quando apurada, é registrada também no resultado, como despesa na rubrica de "Operações de arrendamento mercantil", tendo como contrapartida o registro em bens arrendados. O efeito do imposto de renda sobre essa diferença é diferido. d.2) Arrendamento Mercantil Operacional - i. Arrendamento Operacional a Receber - Refletem o saldo das contraprestações a receber, atualizado de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente. ii. Rendas a apropriar - Representam a contrapartida do valor das contraprestações a receber, sendo apropriadas ao resultado quando dos vencimentos das parcelas contratuais. As rendas das operações de arrendamento que estiverem vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. iii. Imobilizado de Arrendamento Mercantil Operacional - Registrado pelo custo de aquisição, deduzidas as respectivas depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo prazo dos contratos de Arrendamento Mercantil Operacional e baseada na estimativa do valor de mercado dos respectivos bens ao final do contrato. Essa depreciação é contabilizada a débito de "Resultado de Operações de Arrendamento Mercantil". **e) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito -** As operações de arrendamento mercantil são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682 de 22 de dezembro de 1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (perda). As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, com o mesmo "rating" em que estavam classificadas. As renegociações de operações de arrendamento mercantil que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas no nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação só são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Conforme instruções do BACEN, a Sociedade contabiliza provisão adicional de perdas esperadas associadas ao risco de crédito em relação as perdas calculadas no ECL (Expected Credit Loss) da Matriz. As provisões calculadas pela Matriz e Locais são comparadas trimestralmente por cliente e quando a provisão da Matriz for maior é constituído o valor da diferença no resultado local. **f) Intangível -** Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Sociedade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis são amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico e, estão sujeitos ao teste de recuperabilidade, de acordo com critérios estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 01 Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Resolução nº 3.566 de 29 de maio de 2008. **g) Obrigações por empréstimos -** São demonstradas pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço reconhecidos em base "pro rata" dia. **h) Atualização monetária de direitos e obrigações -** Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos a índices de atualização, são atualizados até as datas dos balanços. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado do semestre. **i) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias -** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes aprovado pela Resolução nº 3.823 de 16 de dezembro de 2019. As obrigações legais, fiscais e previdenciárias decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis. Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN. **j) Imposto de renda e contribuição social -** A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15% acrescida de 10% sobre o lucro real ajustado anualmente, apurado mensalmente de acordo com a legislação fiscal vigente. A provisão para contribuição social é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro ajustado mensalmente de acordo com a legislação fiscal vigente. **k) Redução ao valor recuperável de ativos *(impairment)* -** Conforme definido pela Resolução nº 3.566 de 29 de maio de 2008, uma perda por redução ao valor recuperável ("impairment") de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável. **l) Partes relacionadas -** As divulgações de informações sobre as partes relacionadas são efetuadas em consonância a Resolução nº 3.750 de 30 de junho de 2009, que determinou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 05 Divulgação sobre Partes Relacionadas. **m) Uso de estimativas contábeis -** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor de mercado de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) amortizações de ativos intangíveis e (iv) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes de operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa e dos passivos contingentes. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas. **n) Resultado por ação -** A divulgação do lucro líquido por ação é apresentada pela divisão do lucro líquido do período pela quantidade total de ações. **o) Plano de pagamento baseado em ações -** O plano de pagamento baseado em ações, está classificado como instrumento patrimonial, calculada com base no valor da ação do Grupo SG, atualizado pelo EUR na data do fechamento, e é reconhecido no resultado durante o período de carência em contrapartida da conta de "reserva de capital" no patrimônio líquido, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 10 Pagamento Baseado em Ações. **p) Resultado recorrente e não recorrente -** A divulgação dos resultados recorrentes e não recorrentes são efetuados em consonância a Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020, que determinou a apresentação em Nota explicativa de forma segregada os resultados que não estejam relacionados ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. A Administração possui em política a relação de atividades consideradas atípicas e monitora semestralmente o resultado destas atividades. Entende-se como resultado não recorrente o resultado que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Não houve resultado não recorrente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 houve resultado não recorrente de R$ 15mil, relacionado a venda de imobilizado de uso. **q) Normas de aplicação futura -** 1. Resolução CMN Nº 4.966 de 25 de novembro de 2021. Em 25 de novembro de 2021, foi divulgada a Resolução CMN Nº 4.966, a qual define os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A normativa estará vigente em sua totalidade a partir de 1º de janeiro de 2025. Entretanto, é exigido que as referidas instituições elaborem até 31 de dezembro de 2022, e mantenham à disposição do Banco Central do Brasil, um plano para a implementação dessa normativa. E, conforme Art. 76, Parágrafo Único, Inciso II, o plano para a implementação deve ser apresentado de forma resumida. Por sua vez, o plano para a implementação foi devidamente aprovado em Ata de Reunião de Diretoria, realizada em 13 de dezembro de 2022. O plano para implementação foi atualizado a pedido do Banco Central do Brasil e assinado pela Diretoria em 17 de janeiro de 2024. 1.1 Plano para a Implementação - Para a elaboração do plano para a implementação, foram avaliados o cenário atual da instituição, além das eventuais possibilidades de mudanças em sistemas, produtos, processos e na própria normatização. Entretanto, como o Banco Central do Brasil ainda poderá divulgar normas complementares, necessárias à execução do referido normativo, entre outros, sobre o método simplificado para amortização de custos de transação (taxa efetiva de juros), definições de principal e juros para o teste SPPJ, pisos de provisão para ativos com problemas de recuperação de crédito, regras para adoção pela abordagem completa da PECLD, este plano poderá ser revisto pela instituição. A seguir, encontram-se listados alguns dos principais itens abordados no plano para a implementação: • capacitação da equipe; • classificação e mensuração de ativos financeiros (Modelo de Negócio e Teste SPPJ); • reclassificação de ativos financeiros; • classificação de passivos financeiros; • custos de transação; • ativos com problemas de recuperação de crédito; • provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; e • evidenciação. Observa-se que para cada item relacionado, o plano para implementação prevê os seguintes desdobramentos: • Cenário Atual: como a instituição trata as informações de acordo com a regulamentação vigente; • Proposta: o que a instituição entende ser necessário implementar/modificar para se adequar à referida norma; • Sistemas: quais os aplicativos utilizados pela instituição, responsáveis pelo registro e controle das transações, impactados pela Resolução; • Processos: quais os processos afetados pela nova regra; e • Responsabilidades: quais áreas serão responsáveis pelas modificações/manutenções relativas às mudanças normativas.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS - O processo de Gerenciamento de Riscos é realizado de forma conjunta, integrada e consolidada no Brasil pelo Conglomerado Prudencial do Société Générale Brasil. O nível de risco aceitável na condução dos negócios está estabelecido na RAS (Risk Appetite Statement) para o Conglomerado Prudencial do Société Générale Brasil, de acordo com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, serviços e atividades, e em conformidade com a Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017. Os indicadores dos riscos são produzidos e formalmente reportados pelas unidades especializadas na gestão de cada tipo de risco, de forma independente das unidades de negócios. A área de Gestão Integrada dos Riscos monitora estes indicadores mensalmente para garantir que a exposição não ultrapasse os limites e as métricas estabelecidas na RAS, e reporta eventuais excessos ao Diretor de Riscos e aos Membros do Comitê de Riscos. O relatório completo sobre a Gerenciamento de Riscos requerido pela Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, que não fazem parte da Demonstrações Financeiras, está disponível no endereço eletrônico: www.sgbrasil.com.br. **I. Risco de crédito:** Em linha com as melhores práticas, o Gerenciamento de Risco de Crédito é um processo contínuo e evolutivo do mapeamento, da aferição e do diagnóstico dos modelos, dos instrumentos, das políticas e dos procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. As políticas observam cuidados relacionados à análise da capacidade de pagamento do tomador, além de levar em conta parâmetros de concentração, concessão, exigência de garantias e prazos que não comprometam a qualidade esperada da carteira. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi registrado crescimento da carteira e melhora do perfil de risco. A instituição registrou redução na despesa de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito tanto em valores absolutos como em percentual (de 4,9% em 31/12/2022 para 3,2% em 31/12/2023), mesmo com o rebaixamento de rating de alguns contratos que se tornaram créditos problemáticos. Foi baixado a prejuízo um contrato que completou mais de 180 dias em rating H, mas com pouco impacto no saldo de provisões. O volume de créditos problemáticos registrou decréscimo em função da liquidação (pagamento total) de contratos antigos renegociados. **II. Risco de mercado:** É o risco que consiste na possibilidade de ocorrência de perda resultante da oscilação de preços e taxas de mercado em função de descasamentos de prazos, moedas e indexadores nas posições detidas pelo Conglomerado Prudencial do Société Générale Brasil. São classificadas como fonte de risco de mercado as operações sujeitas à variação das taxas de câmbio, das taxas de juros, d

continuação

SOCIETE GENERALE
Equipment Finance

Societe Generale Equipment Finance S.A. - Arrendamento Mercantil

(pertence ao Sistema Financeiro Société Générale Brasil)

CNPJ 62.816.426/0001-75
Alameda Rio Negro, 500 - West Tower - Torre B - 20º andar, Cj 2012
Alphaville Empresarial
CEP 06454-000 - Barueri - SP
Telefone: 0xx11 2666-2281
www.sgef.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 - (Em milhares de reais - R$)

7. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ - a) O saldo de aplicações em depósitos interfinanceiros refere-se às aplicações em CDI pós, parte junto a instituição líder do Conglomerado com vencimentos até 2026 e parte não ligadas com vencimento até 2024.

	31.12.2023	31.12.2022
Depósitos interfinanceiros ligadas (nota 17a)	51.129	85.388
Depósitos interfinanceiros não ligadas	5.159	-
Total	56.288	85.388
Curto prazo	10.954	1.477
Longo prazo	45.334	83.911

b) Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez

	2023		2022
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Receitas de aplicações CDI	4.808	9.794	9.575
Total	4.808	9.794	9.575

8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - a) O saldo de títulos e valores mobiliários refere-se às aplicações em LAM -V compradas no mercado com vencimentos até 2028.

	31.12.2023	31.12.2022
Letra de arrendamento mercantil vinculada	12.317	-
Curto prazo	2	-
Longo prazo	12.315	-

b) Resultado de TVM

	2023		2022
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Receita de Renda Fixa - LAM V	133	133	-
Total	133	133	-

9. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL - Os contratos de arrendamento mercantil estão registrados pelos seus valores presentes, apurados com base na taxa interna de retorno de cada contrato. Esses contratos, em atendimento às normas do BACEN são apresentados em diversas contas patrimoniais, as quais são resumidas conforme segue. ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO - **a) Composição do valor presente dos contratos de arrendamento mercantil financeiro:**

	31.12.2023	31.12.2022
Arrendamentos a receber	287.735	216.927
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(287.073)	(216.469)
Imobilizado de arrendamento, líquido de depreciação (nota 9e)	336.273	177.353
Superveniência de depreciação (nota 9e)	65.770	26.905
Insuficiência de depreciação (nota 9e)	(93.518)	-
Perdas em arrendamento a amortizar líquidas (nota 9e)	10.284	15.176
Credores por antecipação de valor residual	(62.364)	(31.939)
Valor presente dos contratos de arrendamento mercantil	257.107	187.953

b) Composição de valor presente de arrendamento financeiro por vencimento

	31.12.2023		31.12.2022	
Prazo	Valor	%	Valor	%
Vencidas até 14 dias	118	0,1%	57	0,0%
Vencidas a partir de 15 dias	872	0,3%	385	0,2%
A vencer até 3 meses	29.279	11,4%	21.168	11,3%
A vencer de 3 a 12 meses	74.338	28,9%	55.292	29,4%
A vencer de 1 a 3 anos	125.948	49,0%	90.149	48,0%
A vencer de 3 a 5 anos	26.467	10,3%	20.902	11,1%
A vencer de 5 a 15 anos	85	0,0%	-	0,0%
Total	257.107	100,0%	187.953	100,0%

c) Composição de valor presente do arrendamento mercantil financeiro por atividade

	31.12.2023		31.12.2022	
Setor Privado	Valor	Percentual sobre o Total	Valor	Percentual sobre o Total
Indústria	102.964	40,1%	52.258	27,8%
Comércio	13.712	5,3%	15.508	8,3%
Instituição Financeira	12.142	4,7%	21.917	11,7%
Outros Serviços	128.289	49,9%	98.270	52,3%
Total	257.107	100,0%	187.953	100,0%

d) Composição do valor presente de arrendamento financeiro por maiores devedores

	31.12.2023	31.12.2022
Principal devedor	45.735	31.199
10 seguintes maiores devedores	110.993	86.597
20 seguintes maiores devedores	54.059	40.841
50 seguintes maiores devedores	41.327	26.988
100 seguintes maiores devedores	4.993	2.328
Total	257.107	187.953

e) Bens arrendados – Arrendamento mercantil financeiro

	Taxa anual de Depreciação (%)	31.12.2023	31.12.2022
Máquinas e equipamentos	14,29%	395.913	306.257
Equipamentos de informática	28,57%	11.082	23.305
Aeronaves	28,57%	125.664	12.962
Depreciação acumulada		(196.386)	(165.171)
Total		336.273	177.353
Superveniência de depreciação (nota 9a)		65.770	26.905
Insuficiência de depreciação (nota 9a)		(93.518)	-
Perdas em arrendamento a amortizar líquidas (nota 9a)		10.284	15.176

O seguro dos bens arrendados é efetuado pelos arrendatários, com cláusula de benefício em favor da arrendadora. RESULTADO DE OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

	2023		2022
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Receita de arrendamento	115.457	159.749	97.693
(Insuficiência) / Superveniência de depreciação	(59.398)	(52.589)	3.456
Despesa de depreciação de bens arrendados	(39.940)	(75.405)	(65.094)
Outras (despesas) / receitas de arrendamento	(4.561)	(9.331)	(20.850)
Total	11.558	22.423	15.205

10. PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO

O risco da carteira de arrendamento mercantil, a valor presente, e a provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa, conforme estabelecido na Resolução nº 2.682 de 22 de dezembro de 1999, estavam assim distribuídos:

		31/12/2023				31/12/2022			
Nível de Risco	Percentual de Provisão	Curso Normal	Vencido	Total da Carteira	Provisão	Curso Normal	Vencido	Total da Carteira	Provisão
AA	-	45.735	-	45.735	-	31.199	-	31.199	-
A	0,50%	58.014	-	58.014	290	25.372	-	25.372	127
B	1,00%	122.547	33	122.580	1.226	102.599	31	102.630	1.026
C	3,00%	22.935	70	23.005	690	20.084	101	20.185	606
D	10,00%	827	-	827	83	1.071	-	1.071	107
E	30,00%	780	21	801	240	226	-	226	68
F	50,00%	-	-	-	-	-	-	-	-
G	70,00%	1.137	31	1.168	817	291	-	291	204
H	100,00%	4.142	835	4.977	4.977	6.669	310	6.979	6.978
Provisão mínima		256.117	990	257.107	8.323	187.511	442	187.953	9.116
Provisão adicional (*)					17				27
Total					8.340				9.143

(*) Valor de provisão adicional referente ao ajuste calculado para a Matriz. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	2023		2022
	2° Semestre	Exercício	Exercício
Saldo Inicial	9.333	9.116	12.403
(Reversão) / Constituição	1.004	1.221	(3.072)
Créditos baixados para prejuízo	(2.014)	(2.014)	(215)
Saldo final	8.323	8.323	9.116
Constituição/(Reversão) adicional		17	27
Curto prazo		3.387	3.730
Longo prazo		4.936	5.386

11. OUTROS ATIVOS E PROVISÕES - a) Outros ativos

	31.12.2023	31.12.2022
Impostos a compensar	18.344	11.624
Adiantamento e antecipações salariais	58	54
Devedores diversos no país	62	188
Despesas antecipadas	224	262
Outros	40	45
Total	18.728	12.173
Curto prazo	10.570	3.287
Longo prazo	8.158	8.886

b) Provisões - fiscais e previdenciárias

	31.12.2023	31.12.2022
Provisão para impostos e contribuições	8.899	-
Impostos e contribuições a recolher	2.179	3.142
Total	11.078	3.142
Curto prazo	11.078	3.142
Longo prazo	-	-

c) Provisões diversas

	31.12.2023	31.12.2022
Fundo de reserva de financiamento	42.707	38.346
Dividendos a pagar	76	-
Provisão para riscos fiscais (nota 22a)	-	16.774
Provisão para riscos cíveis	26	516
Despesas de pessoal	4.812	4.656
Valores a pagar a sociedade ligada (nota 17a)	80	76
Credores diversos	136	43
Provisão adicional ECL (*)	17	27
Provisão para pagamentos a fornecedores	1.602	721
Provisão para pagamento de IRPJ	4.340	-
Outros pagamentos – Baixa de Imobilizado	3.434	-
Outras	336	555
Total	57.566	61.715
Curto prazo	56.131	54.840
Longo prazo	1.435	6.875

(*) Valor de provisão adicional referente ao ajuste calculado para a Matriz

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - a) Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidentes sobre as operações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2023	2022	2023	2022
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	14.173	217	14.173	217
Alíquota vigente	25%	25%	15%	16%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL	(3.543)	(54)	(2.126)	(35)
Outros	(1.098)	(71)	(659)	45
Provisão para devedores duvidosos	(305)	768	(183)	492
Provisão de contingências	4.617	52	2.770	33
Outras diferenças temporárias	731	720	438	461
Superveniência	(13.147)	864	-	-
(Imposto de Renda e Contribuição Social) / Base Negativa de Imposto de Renda e Contribuição Social	(12.747)	-	240	-
Compensação de prejuízo fiscal	3.824	-		
Imposto de renda – alíquota adicional	24	24	-	-
Total de IRPJ e CSLL corrente	(8.899)	-	-	-
Imposto diferido sobre superveniência	-	(6.726)	-	-
Total da despesa de IRPJ e CSLL	(8.899)	(6.726)	-	-

b) Constituição do imposto de renda diferido

	31.12.2023	31.12.2022
Superveniência de depreciação (nota 9a)	-	26.905
Alíquota de imposto de renda	25%	25%
Constituição sobre diferenças temporárias	-	6.726

O valor constituído de passivo fiscal diferido refere-se a 25% de IR sobre o saldo final do ativo de Superveniência/Insuficiência de depreciação de bens objeto de operações de arrendamento mercantil. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o saldo de Provisão para riscos fiscais (Nota 22) era de R$ 16.774, o qual não foi constituído ativo fiscal diferido devido a não previsibilidade de execução da ação nos próximos 10 anos, conforme Resolução CMN n° 4.842 de 30 de julho de 2020. **c) Movimentação do imposto de renda diferido**

	31.12.2023	31.12.2022
Saldo inicial	6.726	5.894
Adições / (Reversões)	(6.726)	833
Saldo final	-	6.726

13. DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS - a) O saldo de depósitos interfinanceiros refere-se às captações em CDI Pré e Pós junto a instituição líder do Conglomerado.

	31.12.2023	31.12.2022
Depósito interfinanceiro ligada (nota 17a)	133.467	116.100
Total	133.467	116.100
Curto prazo	52.562	38.474
Longo prazo	80.905	77.626

b) Resultado de captação no mercado

	2023		2022
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Operações de captação no mercado (nota 17a)	(7.107)	(13.250)	(9.228)

14. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS - Segregação empréstimos no país e exterior

	2023			2022	
Empréstimos:	Exercício Patrimonial	2° Semestre Resultado	Exercício Resultado	Exercício Patrimonial	Exercício Resultado
Obrigações por empréstimos no exterior – não ligadas	-	-	-	-	(817)
Obrigações por empréstimos no exterior – ligadas (i) (nota 17a)	44.089	2.746	3.182	7.263	2.452
Obrigações por empréstimos	44.089	2.746	3.182	7.263	1.635
Curto prazo	(11.655)			(2.075)	
Longo Prazo	(32.434)			(5.188)	
	(44.089)			(7.263)	

i) Captações no Exterior - A Sociedade, no curso normal de seus negócios, possui operações denominadas em moeda estrangeira, decorrentes de obrigações por empréstimos, captados junto à matriz no exterior do grupo Société Générale – Paris, com vencimentos até 2028, sujeitos à variação cambial e juros de até 6,83% a.a. e que estão protegidos por instrumentos financeiros derivativos.

Segregação Variação Cambial e Juros

	2023		2022
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Variação Cambial	3.783	4.277	2.722
Juros	(1.037)	(1.095)	(1.087)

15. RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS - Refere-se ao diferimento de desconto comercial obtido junto aos fornecedores, oriundos de operações de arrendamento mercantil. Em 31 de dezembro de 2023 foi registrado o montante de R$ 518 mil (R$ 325mil em 31 de dezembro de 2022).

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO - a) Capital Social - O Capital Social é de R$ 84.398mil (R$ 84.398mil em 31 de dezembro de 2022), representado por 3.075.174 ações (3.075.174 em 2022), sendo 1.537.587 ações ordinárias e 1.537.587 ações preferenciais, sem valor nominal, pertencentes à acionista domiciliado no País. As ações preferenciais não têm direito a voto, porém terão prioridade no caso de reembolso do Capital. **b) Reserva Legal -** Constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do Capital Social realizado ou 30% do Capital Social, acrescido das Reservas de Capital. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi constituída reserva legal no valor de R$ 400 mil (Em 31 de dezembro de 2022 a Sociedade não constituiu reserva legal). **c) Reservas Estatutárias -** Devido ao prejuízo acumulado apurado, a Sociedade não destinou parte do resultado do semestre para reservas estatutárias. **d) Dividendos -** Conforme previsto no estatuto da Sociedade, aos acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório de 1% sobre o lucro líquido anual, conforme AGE aprovada em 17 de dezembro de 2021. Para o exercício de 31 de dezembro de 2023, será distribuído o valor de R$ 76 mil ao acionista.

17. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS - a) As transações com partes relacionadas decorrem transações realizadas nas mesmas condições de mercado e que apresentam os seguintes saldos:

	Ativo / (Passivo)		Receitas / (Despesas)	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Banco Société Générale Brasil S.A.				
Disponibilidades	205	711	-	-
Aplicações interfinanceiras (notas 7a e 7b)	51.129	85.388	9.794	9.575
Outras obrigações diversas (nota 11c)	(80)	(76)	-	-
Depósitos interfinanceiros (notas 13a e 13b)	(133.467)	(116.100)	(13.250)	(9.228)
Outras despesas administrativas (nota 18)	-	-	(978)	(851)
Société Générale – Paris				
Credores diversos – Fianças	-	-	-	(5)
Obrigações por empréstimos no exterior	44.089	7.263	3.182	2.452

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração - O montante global anual pago a título de remuneração dos diretores no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R$ 3.098 (R$ 2.866 em 31 de dezembro de 2022). Composição do montante pago aos Diretores

	31.12.2023	31.12.2022
Proventos	2.477	2.296
Contribuição ao INSS	621	570
Total	3.098	2.866

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, não há na Sociedade nenhum benefício definido pós-emprego. Outras informações: I - Conforme legislação em vigor, a Sociedade não concede empréstimos ou adiantamento para: **a)** Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau; **b)** Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e **c)** Pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, a própria Sociedade, quaisquer diretores ou administradores da própria Sociedade, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau. Dessa forma, não foram efetuados pela Sociedade empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

18. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2023		2022
	2° Semestre	Exercício	Exercício
Despesas com serviços do sistema financeiro	(3)	(6)	(8)
Despesas com serviços técnicos especializados	(979)	(1.783)	(1.958)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(82)	(122)	(100)
Despesas de aluguéis	(460)	(900)	(864)
Despesas de processamento de dados	(677)	(1.350)	(1.367)
Despesas com viagens	(123)	(231)	(303)
Despesas com transportes	(54)	(105)	(183)
Despesas com serviços administrativos prestados - ligada (nota 17a)	(493)	(978)	(851)
Despesas com amortização e depreciação	(24)	(39)	(58)
Despesas de comunicações	(34)	(87)	(110)
Despesas com promoções e relações públicas	(232)	(285)	(54)
Despesas com seguros	(78)	(78)	(106)
Despesas com serviços de terceiros	(572)	(1.107)	(861)
Despesas com entidade de classe	(45)	(96)	(94)
Despesas com material	(53)	(62)	(24)
Despesas com contribuições filantrópicas	(42)	(83)	(76)
Outras	(96)	(228)	(142)
Total	(4.047)	(7.540)	(7.160)

19. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2023		2022
	2° semestre	Exercício	Exercício
Receita de juros sobre créditos tributários	468	1.028	1.050
Receita de juros e multas	52	124	311
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	-	-	36
Reversão de provisões operacionais	596	4.242	6.100
Reversão de provisão adicional ECL (*)	-	27	-
Outras	40	40	104
Total	1.156	5.461	7.601

(*) Valor de provisão adicional é referente ao ajuste de ECL calculado pela Matriz, contabilizado seguindo instruções do BACEN.

20. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2023		2022
	2° Semestre	Exercício	Exercício
Despesa com serviços técnicos especializados	(69)	(123)	(115)
Despesas com auditoria	(126)	(230)	(208)
Descontos concedidos	(117)	(118)	(19)
Despesas com publicação	(15)	(31)	(6)
Provisão adicional ECL (*)	-	-	(618)
Total	(327)	(502)	(966)

(*) Valor de provisão adicional é referente ao ajuste de ECL calculado pela Matriz, contabilizado seguindo instruções do BACEN.

21. PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES - O Société Générale - Paris oferece como parte da remuneração variável da diretoria e funcionários da Sociedade planos de pagamentos baseados em ações. Os planos são classificados como pagamentos baseados em ações com liquidação em ações. Os planos de ações livres e diferidas são liquidados com entrega de ações do Société Générale - Paris. A seguir, demonstramos os valores de posição e movimentação no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, contabilizados na rubrica de despesa com pessoal contra a conta do grupo do patrimônio líquido de reserva de capital.

	2023		2022
	2° semestre	Exercício	Exercício
Saldo inicial	653	679	752
Constituição	21	(5)	(73)
Saldo Final	674	674	679

22. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS - A Sociedade é parte em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, tributária e cível decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões são constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. A Sociedade provisiona integralmente o valor das ações cuja avaliação é de perda provável. A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais.

a) Saldo das provisões constituídas: Classificadas como perda provável:

	31.12.2023	31.12.2022
Provisão para riscos tributários	-	(16.774)
Provisão para riscos cíveis	(26)	(516)
Total	(26)	(17.291)

b) Movimentação das contingências:

	2023		2022
	2° semestre	Exercício	Exercício
Saldo inicial	(26)	(17.290)	(17.499)
(Reversão)/ Adição	-	17.264	209
Saldo Final	(26)	(26)	(17.290)

Tributário: Em 30 de junho de 2023, com o julgamento definitivo da ADPF autuada sob nº 189, foi revertido o provisionamento no montante de R$ 16.774, referente a cobrança da diferença de alíquota de ISS da Prefeitura do Município de Barueri, referente ao período de 2016 e 2017. Com o julgamento, ficou estabelecida a modulação dos efeitos da decisão que reconhece a cobrança mínima de ISS em 2%, não havendo qualquer contingência passiva para a companhia em relação ao tema. Cíveis: Em 2023, um processo cível foi contingenciado, considerando a possibilidade de perda provável na ação judicial de reparação de danos. Bem como, em julho de 2023 foi revertida a contingência de R$ 492K de ação de caráter condenatória proposta por cliente, que pretendia a restituição de quantias pagas a título de antecipação de VRG, bem como ao pagamento de custas e despesas processual e honorários advocatícios.

23. EVENTOS SUBSEQUENTES - Não houve eventos subsequentes a serem mencionados nas demonstrações financeiras.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas e aos Administradores da
Société Générale Equipment Finance S/A - Arrendamento Mercantil

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da Société Générale Equipment Finance S/A - Arrendamento Mercantil ("Instituição") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Société Générale Equipment Finance S/A - Arrendamento Mercantil em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2024.

EY
ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.Ltda
CRC-SP034519/O

Marília Nascimento Soares
Contadora CRC- SP301194/O

DIRETORIA

Roberto Martinelli de Oliveira – **Presidente** Cyril Alberis Desire André – **Vice-Presidente**
Fábio Pavanelli Frederico - CRC 1SP300531 - **Contador**

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 27/02/2024

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/02/27/SGEQUIPMENTFINANCE1574574727022024.pdf
Hash:17089852878f2d449e2d87457ba4d54850ddda8ff7